IV

A prova prática constará:

a) *Para o serviço especial de radiologia.* — Do exame radioscópico de dois doentes e da interpretação de duas radiografias;

b) *Para o serviço especial de laboratório.* — Da execução de um ponto e da interpretação de um boletim de análise;

c) *Para o serviço especial de cirurgia e para as especialidades de oto-rino-laringologia e urologia.* — Da execução de duas operações em cadáver, durante o prazo máximo de hora e meia, e da observação de dois doentes;

d) *Para as especialidades de oftalmologia, dermo-sifilografia e neuro-psiquiatria.* — Do exame de dois doentes;

e) *Para as especialidades de fisioterapia e estomatologia.* — Do exame a que se refere a alínea d), com intervenções terapêuticas ou operatórias das especialidades.

V

Os doentes, as radiografias, os boletins ou os pontos a que se referem as alíneas do número iv serão tirados à sorte de entre seis previamente escolhidos ou elaborados pelo júri; os pontos operatórios a que se refere a alínea c) estarão patentes na secretaria do Hospital vinte e quatro horas antes da prova respectiva.

VI

Após a execução das provas, poderá o candidato ser interrogado pelos membros do júri.

VII

Terminadas as provas, o júri reunirá para apreciar o mérito absoluto e relativo dos candidatos e classificá-los por valores de 0 a 20. A média da classificação das provas inferior a 10 valores importa a exclusão do candidato.

VIII

O júri será nomeado pelo superintendente dos serviços da armada, sob proposta da Direcção do Hospital da Marinha e informação do inspector de saúde. O seu presidente será o director do Hospital da Marinha.

IX

O director do Hospital da Marinha, em face da classificação, proporá a nomeação para provimento do lugar vago.

Ministério da Marinha, 30 de Julho de 1940. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt.*

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 9:620

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, abater ao efectivo dos navios da armada nacional os torpedeiros *Ave* e *Sado* por, devido ao seu mau estado de conservação, terem sido julgados inúteis para o serviço da armada.

Ministério da Marinha, 30 de Julho de 1940. — O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa desta data e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea c) «Caminhos de ferro» do n.º 1) «De imóveis» do artigo 7.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», da classe «Despesas com o material», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1940 com a importância de 2.000\$, a sair da verba da alínea d) «Pontes» dos mesmo número, artigo e classe.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 26 de Julho de 1940. — Pelo Administrador Geral, *João Carlos Alves.*